

pretextos

Revista do Instituto da Segurança Social, I.P.

Factores de Pobreza e Exclusão Social

O novo SIADAP

Avaliação do desempenho
no contexto da
modernização administrativa

Regime Público de Capitalização

Certificados de Reforma



CERTIFICADOS DE REFORMA



CERTIFICADOS DE REFORMA

○ SEU FUTURO MAIS SEGURO

Para mais informações:

Consulte o folheto informativo.

Aceda ao site da Segurança Social, em www.seg-social.pt

ou ligue para o número **808 020 020** ou

dirija-se aos serviços de atendimento da Segurança Social.

A informação contida neste cartaz não substitui nem dispensa a consulta da lei.



SEGURANÇA SOCIAL

Editorial

Edmundo Martinho

Presidente do Conselho Directivo do
Instituto da Segurança Social, I.P.

A pobreza é um flagelo mundial, a que nenhuma sociedade tem conseguido escapar e em que a Europa não se apresenta como excepção.

No caso de Portugal, apesar de registarmos ainda uma taxa de risco de pobreza de 18%, de acordo com os últimos dados, o percurso de redução tem sido notável, se pensarmos nos 24% em que nos situávamos ainda não há muitos anos.

O combate à pobreza, para ganhar eficácia e produzir efeitos sustentados, tem que assentar plenamente num conhecimento sempre mais sólido e consistente das suas causas e das suas expressões. Que factores conduzem ou agravam a pobreza e exclusão social, quais os grupos mais vulneráveis? Estas algumas das questões que a presente edição da Pretextos aborda.

Mas neste número outros temas mobilizam o nosso interesse, como é o caso das dúvidas que se prendem com

o SIADAP, o novo sistema de avaliação de desempenho da administração pública.

Muitas vezes a mudança traz associada dúvidas, incertezas e, por vezes, até receios, pelo que é fundamental dar a conhecer e esclarecer os novos modelos implementados.

Como todos os sistemas que nascem, a necessidade de aperfeiçoar, de corrigir falhas, de adaptação às realidades, é uma constante. A experiência levou à criação de um novo SIADAP, em que os objectivos que os serviços definem para cada colaborador estão em articulação com os do próprio organismo, o qual por sua vez está em consonância com o planeamento da própria tutela.

A Pretextos convida-o assim a conhecer melhor o novo SIADAP, mas também um vasto leque de temas e notícias que espelham o trabalho do Instituto da Segurança Social.

Ficha Técnica

Propriedade

Instituto da Segurança Social, I.P.

Director

Edmundo Martinho

Coordenação

Ana Paula Martins

Maria João Quedas

Supervisão Técnica

Dina Moura

Vasco Barata

Secretariado

Isabel Ferreirinha

Natalina Luís

Conselho Editorial

Ana Isabel Carvalho, Ana Paula Revez, Arlindo Cardoso, Cecília Cavalheiro, Clemente Galvão, Leocádia Flores, Mateus Teixeira, Maria da Conceição Ferraz, Maria José Ferreira, Maria José Martins Maia, Maria da Luz Claro, Mariana Pereira, Mónica Baptista, Rita Cortes Castel-Branco, Tânia Fernandes, Teresa Bomba, Vanda Silva Nunes.

Colaboraram nesta edição

Adelaide Banha, Ana Maria Gomes, Alexandra César, Carla de Jesus, Cláudia Silva, Filomena Gonçalo, Gertrudes Loureiro, Gina Moura, Januário Rodrigues, Joana Matos, João Serra Mendes, João Wengorovius Meneses, Liliana Monteiro, Maria de Fátima Batista Fernandes, Natalina Silva, Nuno Lourenço, Rui Godinho, Sónia Esperto.

Redacção e Assinatura

Rua Rosa Araújo, 43 • 1250-194 Lisboa

Tel.: 21 310 20 00 • Fax.: 21 310 20 90

E-mail: .m.joao.quedas@seg-social.pt

Data de Publicação

Março 2008

Periodicidade

Trimestral

Design e paginação

Aba Design, Comunicação e Equipamento, Lda.

Impressão

SOGAPAL

Tiragem

22 000 exemplares

Distribuição

Gratuita

Depósito Legal: 154679/2000

ISSN: 0874-9698

Revista disponível em www.seg-social.pt

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores.
É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a Revista.

Sumário

Editorial	1
Regime Público de Capitalização Certificados de Reforma	3
Quiosques da Segurança Social	4
Factores de Pobreza e Exclusão Social	5
Centro Nacional de Protecção dos Riscos Profissionais	9
Evolução da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados	10
Complemento Solidário para Idosos	11
Associação Clínica FRATER	12
O novo SIADAP	14
Encontro Nacional do Projecto SCORE	17
Notícias	22
Ecos	28
Sites: Interculturalidade	30
Bibliografias Temáticas	31



Regime Público de Capitalização Certificados de Reforma

CERTIFICADOS DE REFORMA

Januário Rodrigues
Equipa START
Instituto da Segurança Social, I.P.
januario.rodrigues@seg-social.pt

O desgaste dos modelos bismarkeano e beveridgeano, levaram ao redimensionamento e redesenho do modelo de protecção social europeu, com a eclosão dos sistemas mistos, os quais variam na cobertura dos riscos sociais, na forma de acesso aos direitos, na estrutura dos benefícios e nas respectivas fontes de financiamento.

É neste contexto que emerge o Regime Público de Capitalização (RPC), o qual decorre da RCM n.º 141/2006, incluído num conjunto de medidas políticas que visam antecipar os efeitos provocados pela reforma da Segurança Social, consubstanciados na nova Lei Bases da Segurança Social - LBSS (Lei n.º 4/2007 de 16/01), designadamente no art. 82.º.

Este regime complementar visa atenuar os efeitos do factor de sustentabilidade, instituído com a nova LBSS e completar a acção protectora dos regimes públicos de segurança social, por via de iniciativa particular, possibilitando uma renda vitalícia potenciada pelo factor de capitalização dos montantes investidos através da atribuição de Certificados de Reforma (CR).

O RPC é um regime de adesão livre e voluntária em função do exercício de uma actividade profissional, que se encontre abrangida por um regime de protecção social de enquadramento obrigatório cujas contribuições dos aderentes convertem-se em CR, integrando um Fundo Autónomo gerido em regime de capitalização.

O aderente no momento da reforma ou de aposentação por invalidez absoluta, pode optar por converter o capital acumulado em regime de capitalização numa renda vitalícia, resgatá-lo total ou parcialmente ou transferi-lo para o fundo individual dos filhos ou do cônjuge, conforme previsto na lei (DL n.º 26/2008 de 22/02).

O RPC caracteriza-se, essencialmente, por duas grandes fases:

- A fase de acumulação do capital – em que o aderente contribui mensalmente de forma voluntária para o sistema;
- A fase da utilização do capital - em que o aderente se opta pela transformação do capital acumulado em renda vitalícia, adquire o estatuto de beneficiário.

As grandes vantagens do Regime Público de Capitalização / Certificados de Reforma:

- Pequenas entregas, pagamentos simples e taxas de comissões muito baixas;
- Perfil de risco prudente já testado, com elevados níveis de segurança nos investimentos e razoáveis índices de rentabilidade;

- Diversificação por activos e mercados, quer em termos financeiros, quer geográficos;
- Contribuições geridas em Fundo Autónomo, por um Instituto Público com o objectivo de preservação real do capital;
- Aumento do Fundo de Certificados de Reforma (FCR) beneficiará da gestão conjunta com o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS);
- Benefícios fiscais à entrada e à saída são similares aos privados e acumuláveis com um PPR privado por exemplo;
- Possibilita um complemento de pensão, o resgate do capital acumulado, ou a transferência do mesmo para filhos ou cônjuge.

A gestão e administração do RPC são complexas envolvendo os principais Organismos do Sistema de Segurança Social (IGFCSS, ISS, II e IGFSS), dispondo de uma rede de canais de distribuição do produto (CR) de grande abrangência com as funcionalidades telefónicas (Call Center), electrónicas (SSDirecta) e um atendimento presencial de enorme capilaridade.

O modelo de atendimento presencial para o RPC tem um forte impacto sobre a organização interna do ISS, com o envolvimento de todos serviços de atendimento.

A reformulação do atendimento para este processo, permitiu uma evolução significativa em termos de modelo de gestão documental, com o preenchimento *on-line* dos formulários de adesão em substituição dos tradicionais formulários em papel, a centralização de um sistema de digitalização e arquivo físico e a constituição de um arquivo digital que contempla as imagens digitalizadas (formulário de adesão e autorização de débito em conta) dos processos dos aderentes.

Após um mês da entrada em vigor do RPC realizaram-se 2.747 adesões efectuadas através dos 3 canais de atendimento disponíveis, de acordo com o seguinte quadro:

Quadro 1 - A distribuição por canal de atendimento das 2.747 adesões durante o 1º mês de existência

	nº adesões	%
Presencial - Serviços de Atendimento da Segurança Social	951	34,6
Internet - Segurança Social Directa	1443	52,5
Telefónico - Call Center	353	12,9

Fonte: ISS, I.P. □

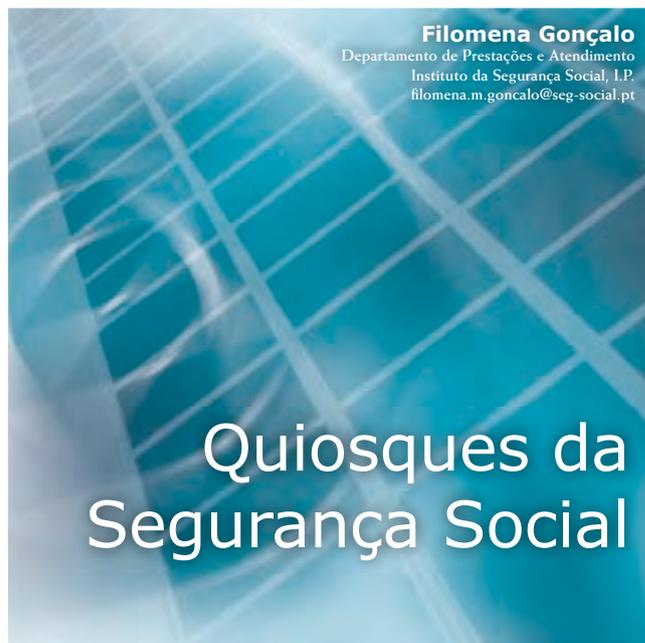
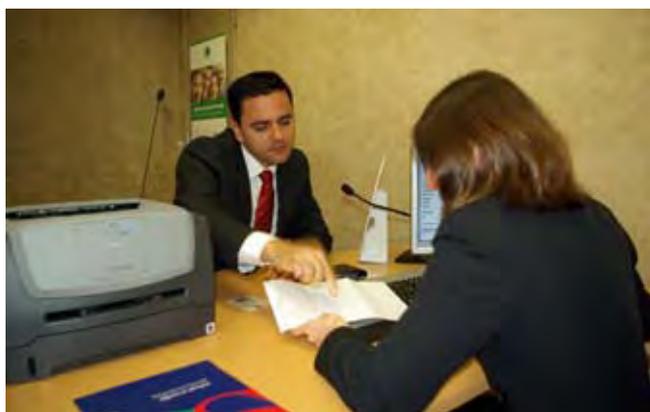


Ministro e Secretário de Estado aderem aos Certificados de Reforma

Nuno Lourenço
Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
nuno.j.lourenco@seg-social.pt

No dia 7 de Março, o Serviço de Atendimento da Alameda do Centro Distrital de Lisboa, do Instituto da Segurança Social, recebeu o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva e o Secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, para aderirem ao novo regime de capitalização da Segurança Social.

Em declarações, os Governantes afirmam depositar toda a confiança neste novo sistema, que vem beneficiar a poupança individual de todos os cidadãos e garantir que todos têm uma reforma melhor no futuro. □



A "Segurança Social Directa" é um site transaccional que permite aos cidadãos interagir com a Segurança Social de forma rápida, cómoda e segura.

Com o intuito de dar a conhecer a todos os potenciais utilizadores as funcionalidades disponíveis, bem como permitir a realização imediata da adesão, iniciou-se em finais de Janeiro de 2008 uma campanha de divulgação nos serviços de atendimento da Segurança Social de maior dimensão.

Esta campanha implicou a instalação de um quiosque na zona de espera que permite demonstrar *on-line* as potencialidades da Segurança Social Directa e realizar as adesões, sendo posteriormente remetido para o endereço do cliente a palavra-chave de acesso.

Para concretizar esta iniciativa o Instituto da Segurança Social, I.P. celebrou um protocolo com o Instituto Português da Juventude, definindo-se um programa de voluntariado denominado "Jovens com a Segurança Social".

Este protocolo, com a duração de seis meses, permitiu identificar cerca de 100 Jovens que, abordando directamente os potenciais aderentes, divulgam as vantagens da Segurança Social Directa para os clientes e registam a adesão, caso seja esse o interesse do cliente.

Os resultados obtidos são bastante satisfatórios, uma vez que a análise dos indicadores permite concluir que há um real acréscimo no número das adesões, o que significa um número cada vez mais significativo de clientes que já podem interagir com a Segurança Social sem sair de casa. □

Factores de Pobreza e Exclusão Social

Categorias Sociais Vulneráveis

O presente artigo pretende abordar alguns factores que conduzem à pobreza e exclusão social de alguns grupos, com particular enfoque para a situação perante o trabalho.

Nestes grupos encontram-se os imigrantes, os desempregados de longa duração e as pessoas que nunca tiveram uma relação normal com o mercado de trabalho, como os toxicodependentes e os sem – abrigo, entre outros.

De facto, do conjunto dos factores geradores de exclusão social, a situação perante o trabalho é, sem dúvida, decisiva, visto que *o acesso ao emprego se relaciona com o acesso a ter rendimentos para suprir as necessidades básicas da família, e também é um elemento central da formação das identidades e do prestígio social, permitindo ainda o acesso a redes de relacionamento social e de pertença institucional.*¹

1. Pobreza e exclusão social – conceitos complementares

Apesar de complementares em vários domínios, estes dois conceitos são distintos entre si. Geralmente o conceito de pobreza é tratado numa perspectiva mais economicista, referindo-se às condições de vida dos indivíduos ou dos grupos, nomeadamente, aos recursos materiais como a distribuição do rendimento, as más condições de vida, os baixos níveis de instrução e qualificação profissional, o emprego precário, (instável, sem contrato, mal remunerado e/ou em más condições de trabalho).

Contudo, a pobreza mais do que um estado de carência extrema de recursos, refere-se ainda, à privação dos direitos de cidadania no que diz respeito à ausência de poder e à ausência

de liberdade de escolha, como por exemplo ao acesso à saúde e cuidados de saúde, à educação e formação profissional, no acesso à cultura e à participação na vida social e política, etc.

Neste sentido, a pobreza caracteriza-se por situações de privação múltipla, que de acordo com o grau de persistência das situações, tem efeitos intergeracionais prolongados entre os grupos. A perda de auto-estima e de identificação pessoal e social a que corresponde a construção de um estatuto social específico, de inferioridade e desvalorização interiorizada, marca uma identidade negativa, sendo usual a ruptura de laços sociais e familiares, podendo eventualmente conduzir a comportamentos auto-destrutivos como o alcoolismo, a toxicod dependência e, em última instância, à situação de sem-abrigo.

Assim, percebe-se a pobreza como um conceito integrante da exclusão social atendendo a que esta, enquadra, algumas dimensões retratadas na evolução do conceito de pobreza. Entende-se que a exclusão social abrange formas de privação não material, ultrapassando a falta de recursos económicos: a falta de recursos sociais, políticos, culturais e psicológicos, que são *handicaps*, quando acumulados aumentam a vulnerabilidade e a visibilidade de determinadas categorias sociais, permitindo considerar um grupo ou uma categoria como socialmente desfavorecida.

2. Grupos à margem

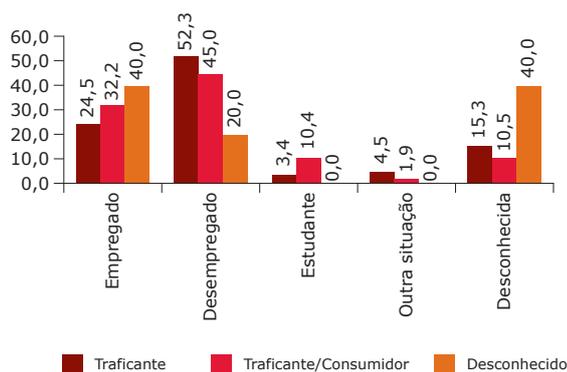
2.1. Os toxicodependentes

A toxicod dependência é um dos factores que mais conduz à exclusão social. Associado à toxicod dependência surgem situações de criminalidade com vista à obtenção de droga, constituindo também uma ameaça para a saúde. De facto, segundo

¹ Capucha, Luís (1998) *Exclusão Social e Acesso ao Emprego: paralelas que podem convergir*, Sociedade e Trabalho nº 3, pág. 61

o Observatório do Instituto da Droga e Toxicod dependência, 6 359 homens e 1 262 mulheres, entre os 25 anos e os 39 anos, contraíram SIDA por estarem associados à toxicod dependência. Relativamente à situação perante o trabalho, 52,3% da população toxicod dependente encontrava-se na situação de desemprego e eram traficantes, seguido de 45% de indivíduos que eram traficantes e consumidores (gráfico 1). Quando a dependência atinge determinados limiares, geram-se rupturas em praticamente todas as instituições sociais, na família, no trabalho, etc, restando apenas os laços com o grupo dos consumidores e dos traficantes.

Gráfico 1 - Posição face à droga segundo a situação perante o trabalho (em %)



Fontes: Observatório do IDT; Polícia Judiciária; Cálculos ISS,IP – 2005

2.2. Os sem-abrigo

Um estudo recente de âmbito nacional, realizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS), em 2005, revelou que a situação de pobreza e exclusão dos sem-abrigo tem múltiplas causas. De facto, para além das condições de vida, como os problemas com o alojamento (17,0%) e o desemprego de longa duração (73,0%), têm associados alguns traços característicos: problemas relacionais e familiares (25,0%), de saúde (23,0%) comportamentais, alcoolismo (19,0%) a toxicod dependência (18,0%) e a deficiência física (21,0%).

São indivíduos que não tinham acesso aos mecanismos de protecção social, (75,0%) não estavam inscritos nos centros de emprego, (85,0%) não recebiam Subsídio de Desemprego e (72,0 %) não requereram o Rendimento Social de Inserção (RSI).

Também já não se trata apenas de pessoas sem qualquer escolaridade, uma vez que, no seu conjunto, detêm vários graus de ensino, desde o 1º ciclo do ensino básico (37,0%) até ao curso médio e superior, sendo que 8,0% eram analfabetos literais. (quadro 1)

Entende-se, no entanto, que muito embora detentores de algumas qualificações, as mesmas não permitam responder às exigências de empregabilidade e de competitividade do mercado de emprego, pelo que 73% foram excluídos do mercado de trabalho.

Quadro 1- Nível de escolaridade dos sem-tecto

	%	N
Não sabe ler nem escrever	8,0	27
Sabe ler/escrever	7,0	23
1º Ciclo Ensino Básico (4ª classe)	37,0	118
2º Ciclo Ensino Básico (Ciclo Preparatório)	20,0	63
3º Ciclo Ensino Básico (9º ano)	12,0	38
Ensino Secundário (10º a 12º ano)	12,0	37
Curso Médio/Superior	4,0	13
TOTAL	100,0	319

Fonte: "Os sem-tecto: realidades (in)visíveis", 2005, ISS,IP

3. A pobreza e exclusão social nos idosos

Os dados do Eurostat para 2005 apontavam o risco de pobreza dos idosos em Portugal, com um rendimento inferior a 60% do rendimento equivalente nacional, em 42% nos idosos com 65 e mais anos a viverem sós e 28% para os idosos que viviam em agregados com dois adultos, em que pelo menos um tinha 65 e mais anos.

Esta tendência, manteve-se no conjunto dos países da UE: havia um maior risco de pobreza nos idosos com 65 e mais anos que viviam sós (28%) do que em agregados com dois adultos em que pelo menos um tem 65 e mais anos (16%). Destaca-se ainda o facto do risco de pobreza ser maior em Portugal que na UE, conforme observamos no quadro 2, se considerarmos os baixos rendimentos de pensões.

Quadro 2 - Taxa de pobreza dos idosos em Portugal e UE(25)

2005	Portugal	UE
Um adulto com 65 e + anos	42,0	28,0
Dois adultos em que pelo menos 1 tem 65 e + anos	28,0	16,0

Fonte : Eurostat

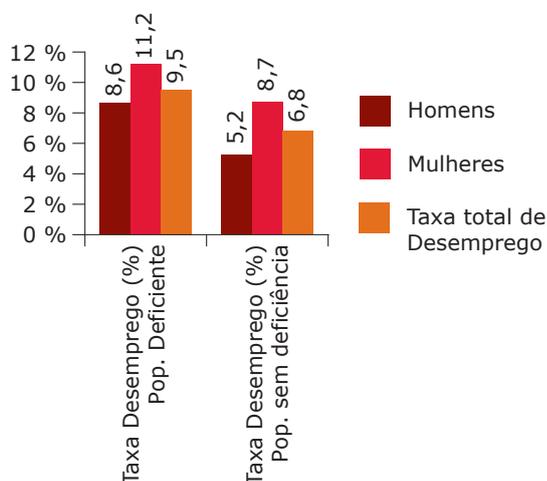
Contudo, é importante aqui referir outro aspecto que é o do lugar do idoso na sociedade. A sociedade e o quotidiano das pessoas não estão organizados de modo a que os idosos tenham um papel na vida social. Esta forma de exclusão pode tomar a forma de solidão e pode não ter qualquer relação com a falta de recursos, embora possam coexistir.

4. As pessoas com deficiência – grupos com *handicap* específico

As pessoas com deficiência são particularmente vulneráveis à pobreza, dado que acumulam limitações físicas, sensoriais ou mentais. Porque são vítimas de representações sociais negativas ainda presentes, existem barreiras à participação, decorrentes das lógicas de funcionamento das instituições e das estruturas sociais.

Um bom indicador da vulnerabilidade desta categoria é a taxa de actividade económica comparada da população residente com e sem deficiência, em 2001. Assim, 57,4% da população residente sem deficiência era economicamente activa, enquanto que 29,0% da população com deficiência se encontrava nessa situação. Quanto à taxa de desemprego comparada entre as duas populações, verificamos que a taxa total de desemprego das pessoas com deficiência era de 9,5 % e das pessoas sem deficiência era de 6,8%, sendo de destacar maior desemprego na população feminina, face à população masculina, em ambas as populações. Contudo também ao nível de género feminino se verificava mais desemprego nas mulheres com deficiência (11,2%) face às mulheres sem deficiência (8,7%).

Gráfico 2 - Taxa de desemprego comparada das pessoas com e sem deficiência em 2001



Fonte: Censos 2001, XIV Recenseamento Geral da População; Cálculos INE/ISS,IP

5. Os imigrantes

O facto de se ser imigrante não é em si mesmo um indicador de exclusão social. Contudo, o contexto em que se inscreve a sua existência em Portugal, (a maioria dos casos derivam de processos controlados por redes informais clandestinas), fazem destas pessoas uma categoria vulnerável. É nos sectores informais e desprotegidos da economia, com implicações no

difícil acesso a serviços, a direitos, à protecção social a cuidados de saúde e à habitação, que encontramos este grupo, sendo também vítima de segregação cultural.

Neste sentido, as suas condições de sobrevivência são muito precárias, nomeadamente, a sua relação com o mercado de trabalho. Destaca-se o facto, de grande parte destas pessoas possuírem baixas qualificações, verificando-se que na população imigrante quanto mais baixas as qualificações académicas, mais elevada é a taxa de desemprego. Em 2005, a taxa de desemprego dos imigrantes com baixo nível de qualificação académica era de 11,2 %, face à população nacional, com o mesmo nível de qualificações (6,7%).

Quando possuem elevadas qualificações (por ex. imigrantes de leste) estas, não são reconhecidas no mercado de emprego. O quadro seguinte demonstra esta realidade: com um elevado nível de escolaridade académica, o desemprego na população imigrante correspondia a 7,5%, comparativamente à população nacional que era de 4,6%.

Quadro 3 - Taxa de desemprego comparada segundo o nível de escolaridade

Nível de Educação	População Nacional			População Imigrante		
	Rácio de Desemprego			Rácio de Desemprego		
	Baixo	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto
	6,7	6,4	4,6	11,2	7,5	7,5

Fonte: European countries: European Community Labour Force Survey (data provided by Eurostat)

6. Os desempregados de longa duração – Grupos desqualificados

O desemprego e o desemprego de longa duração (DLD), são considerados uns dos principais factores de pobreza e exclusão social. Contudo a relação entre desemprego, desemprego de longa duração e níveis de pobreza não explica na totalidade o comportamento dos indicadores da pobreza, conforme se verifica no quadro 4.

Quadro 4 – Taxa de desemprego e taxa de risco de pobreza em Portugal e na EU, 2001-2005

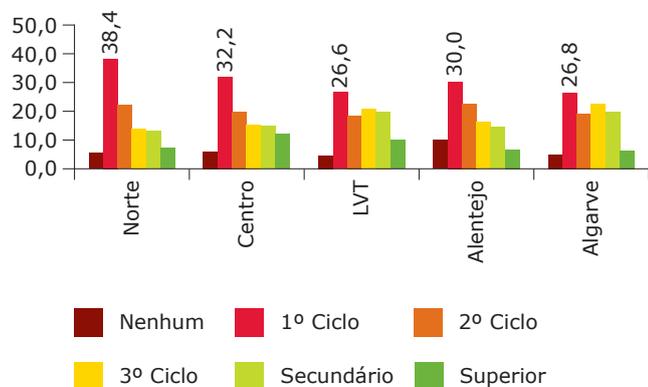
Portugal	2001	2003	2004	2005	UE (25)	2001	2003	2004	2005
Risco de Pobreza	20	19	21	20	Risco de Pobreza	16	15	16	16
Taxa de Desemprego	4	6,3	6,7	7,6	Taxa de Desemprego	8,4	9	9,1	8,7
DLD	1,5	2,2	3	3,7	DLD	3,9	4,1	4,2	4

Fontes: Eurostat; Simpósio de Indicadores Sociais, ISS,IP

Com efeito, os dados do Eurostat para 2005 revelaram que as taxas de desemprego em Portugal (7,6% e DLD 3,7%), são inferiores às taxas de desemprego na UE (8,7% e DLD 4,0%) mas a taxa de pobreza da população é significativamente maior em Portugal que no conjunto dos países da União Europeia (20,0% e 16,0% respectivamente). Sendo certo que a participação no mercado de trabalho constitui um dos factores mais importantes da exclusão social e da pobreza, estes fenómenos são certamente também afectados por outras variáveis como as qualificações, por exemplo, não se podendo concluir daqui, que a relação entre o desemprego mesmo de longa duração e a ruptura social é imediata. Na verdade, as situações de ruptura associados ao desemprego ocorrem com frequência, como revelam alguns estudos, entre trabalhadores muito pouco qualificados.

Observamos através dos dados disponibilizados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) que para o ano de 2005 (gráfico 3), existia uma relação directa entre o desemprego e o baixo nível de qualificações. De facto, quanto maiores as habilitações académicas, menor era a taxa de desemprego, mantendo-se esta relação em todas as grandes regiões do país.

Gráfico 3 - Estrutura do desemprego por nível de instrução por NUTS II



Fonte: IEFP - Direcção de Serviços de Estudos, Relatório 2005

7. Conclusão

Finalmente, e como resultado da perspectiva em análise aqui desenvolvida sobre alguns dos grupos vulneráveis podemos concluir que, a pobreza e exclusão social, resultam da conjugação de vários factores em que a relação educação e trabalho, têm, sem dúvida, um papel fundamental na integração social dos indivíduos. Na ausência de qualificações, o rendimento e as condições de trabalho são muito precárias, entre outros factores, potenciando a desmotivação, a perda de auto-estima, aumentando um conjunto de riscos, de dificuldades ou de *handicaps* que conduzem à pobreza económica, ao enfraquecimento

dos laços familiares e sociais, ao descrédito social e, mesmo, à perda de laços identitários, remetendo os indivíduos para as margens da sociedade.

Neste contexto, como poderemos alterar na sociedade actual este estado de coisas? Será que os principais factores explicativos da pobreza e da exclusão se devem procurar na forma como a sociedade se encontra organizada e funciona, no estilo de vida, e na cultura dominantes, na estrutura do poder político, económico, social e cultural? Como mudar as lógicas de competitividade da economia que relevam de uma concepção do desenvolvimento económico que não é centrada nas pessoas, remetendo uma parte da população que tem poucas condições de empregabilidade para a situação de excluídos? Neste entendimento, e subscrevendo alguns autores, parece-nos que a solução é repensar o presente e fazer mudanças sociais, com vista a um futuro mais equitativo e aberto a novas oportunidades para todos. □

Bibliografia:

Bruto da Costa, A. (1998), *Exclusões Sociais*, Cadernos Democráticos, Edição Gradiva
 Capucha, Luís, (2005) *Desafios da Pobreza*, Celta Editora, Oeiras
 Capucha, Luís (1998) *Exclusão Social e Acesso ao Emprego: paralelas que podem convergir*, Sociedade e Trabalho n° 3, MTSS

Assinatura da Revista Pretextos

Caro(a) Leitor(a),

Se pretende ser assinante da Revista Pretextos envie-nos o seu pedido para:

Redacção da Revista Pretextos

Rua Rosa Araújo, n° 43

1250-194 Lisboa

Fax: 21 310 20 95

E-mail: .m.joao.quedas@seg-social.pt

Passará a recebê-la, gratuitamente, na morada que nos indicar, já a partir do próximo número!

Boas leituras!

Revista disponível para download em www.seg-social.pt



O Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais Uma nova Valência do Instituto da Segurança Social

O Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais (CNPRP) é um serviço do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS), conforme D.L. n.º 214/2007, de 29 de Maio, com competência para avaliar e fixar as incapacidades das lesões, perturbações funcionais ou doenças emergentes de riscos profissionais, de acordo com o disposto no artigo 25.º, da Portaria n.º 638/2007, de 30 de Maio.

No âmbito das suas competências o CNPRP utiliza fundamentalmente dois instrumentos médico-legais, a saber:

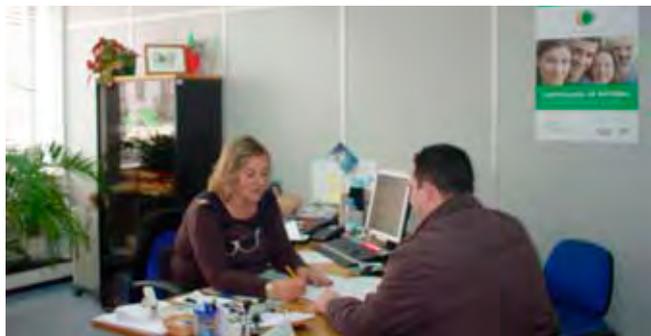
- A Lista das Doenças Profissionais (LDP), publicada em anexo ao Decreto Regulamentar n.º 6/2001, de 5 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 76/2007, de 17 de Julho, e;
- A Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais (TNI), publicada pelo Decreto-Lei n.º 352/2007, de 23 de Outubro.

A LDP possui um carácter meramente exemplificativo, estando em constante revisão e actualização de acordo com os avanços

ocorridos no meio médico e científico. No citado documento são identificadas várias doenças profissionais, podendo, no entanto, proceder-se à caracterização de outras patologias como de origem profissional, não incluídas na LDP, mas que sejam consequência directa e necessária da actividade exercida pelos trabalhadores e não representem normal desgaste do organismo. Para o efeito, cabe igualmente ao CNPRP estabelecer o nexo de causalidade entre a profissão e a doença, para a correspondente caracterização e avaliação da mesma, conforme dispõe o conteúdo normativo do Decreto-Lei n.º 248/99, de 2 de Julho.

Uma vez reconhecida a existência de doença profissional com défice funcional, aferido através da TNI, tem o trabalhador direito a auferir uma pensão por incapacidade permanente, destinada a compensar a perda ou redução permanente da capacidade de trabalho ou de ganho.

A pensão terá, em princípio, carácter vitalício, não obstante em sede de revisão da situação clínica do trabalhador poder



ocorrer alguma alteração, conducente à diminuição da incapacidade e à alteração daquela prestação pecuniária, cf. dispõe o artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 248/99.

Para além da pensão, os beneficiários têm direito a um conjunto de prestações em espécie, nomeadamente, assistência médica e cirúrgica, assistência medicamentosa e farmacêutica, cuidados de enfermagem, tratamentos termais, fornecimento de próteses, entre outros.

Assim, caso o trabalhador sofra de patologia que o seu médico assistente ou o médico da empresa onde exerce a sua profissão, julgue ser de origem profissional, deve este participar ao CNPRP o caso clínico através do preenchimento de uma Participação Obrigatória, cf. artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 248/99.

Todos os formulários necessários para iniciar o processo por doença profissional estão disponíveis no site da Segurança Social, em www.seg-social.pt.

A sede do CNPRP está localizada na Av. Marquês de Tomar n.º21, em Lisboa, dispendo também no Porto de uma equipa de técnicos e médicos para observação dos beneficiários e recolha de elementos de análise laboratorial junto das empresas.

Em 2007 foram certificados 5 169 casos de doença profissional, no âmbito do regime geral, tendo sido 1 859 de DPCI (Doença Profissional Com Incapacidade), 1 627 de DPSI (Doença Profissional Sem Incapacidade) e 1 683 de SDP (Sem Doença Profissional). No âmbito do regime da Função Pública (D.L. n.º 503/99, de 20 de Novembro) foram qualificados 414 casos de doenças profissionais.

No âmbito da distribuição geográfica, os distritos de Aveiro, Lisboa, Porto e Setúbal são os que revelam maior incidência de doenças profissionais.

Nos últimos anos, e a acompanhar a tendência de outros estados membros, a doença profissional mais comum, sob diversas formas clínicas, insere-se no grupo das designadas doenças músculo-esqueléticas.

Ao contrário do que se verificava no final do século passado, existe uma tendência crescente a que a doença profissional se inscreva no feminino. □



Ana Maria Gomes
Unidade de Promoção de Autonomia
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
ana.p.gomes@seg-social.pt

Evolução da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados Novos Desafios

A Rede materializa um novo paradigma do Cuidar da Pessoa em estado de dependência e constitui uma inovação organizacional no campo da intervenção conjunta da Saúde e Apoio Social.

Para além da sua relevância para o desenvolvimento social sustentado, a dinâmica da Rede implica novos desafios, nomeadamente:

- A reduzida familiaridade com os conceitos de continuidade e planeamento de cuidados integrados verificada entre os profissionais de ambos os sectores tem exigido uma forte aposta na formação técnica e na qualidade;
- A dinâmica das Equipas Regionais, Locais e de Gestão de Altas está a evoluir de forma positiva, confrontando a realidade histórica virada para os cuidados baseados na hospitalização ou na institucionalização em respostas sociais;
- Nas Instituições comunitárias há um grande entusiasmo e empenho materializado na adesão à Rede;
- O acompanhamento e a monitorização permitirão validar e adequar o crescimento da Rede às realidades e aos contextos regionais e locais;
- A evolução da Rede e a adesão dos profissionais, mas principalmente dos cidadãos, têm incentivado reflexões sobre os caminhos mais adequados para o desenvolvimento de uma sociedade adaptada ao envelhecimento e às vivências das pessoas em situação de dependência. □

Complemento Solidário para Idosos

Uma abordagem mais próxima aos potenciais beneficiários

O Complemento Solidário para Idosos (CSI), prestação do subsistema de solidariedade inserido no sistema de Protecção Social de Cidadania da Segurança Social, destinada a indivíduos com mais de 65 anos, procede a uma reformulação profunda das políticas de mínimos sociais para idosos, com o objectivo de aumentar a eficácia no combate à pobreza desta população.

O CSI criado no ano de 2005, com a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de Dezembro, encontra-se, desde o ano de 2006, num processo de implementação progressiva, correspondendo o presente ano, ao período que marca a generalização da Medida, dado que, o direito à prestação é reconhecido aos idosos com idade igual ou superior a 65 anos.

O processo de implementação do CSI tem exigido por parte dos serviços da segurança social, em particular, e de entidades e instituições que desenvolvem a sua actividade a nível local, um esforço conjunto na estruturação do trabalho e no estabelecimento de circuitos de comunicação para que a correcta informação sobre a Medida e o apoio ajustado à situação de cada idoso, seja prestado o mais próximo dos mesmos e das suas famílias, potenciando o reconhecimento do direito a que mais precisa.

O CSI traduz uma verdadeira ruptura com a anterior política de mínimos sociais para idosos, apostando na concentração dos recursos disponíveis nos estratos da população idosa com menores recursos, mas também, na solidariedade familiar, enquanto forma de expressão de uma responsabilidade colectiva, de todos os que podem e devem contribuir para melhorar a qualidade de vida dos idosos.

A sua implementação tem obedecido a uma planificação operacional, rigorosa que envolveu, designadamente, a constituição de um Rede Nacional de Instituições Solidárias de Referência, actualmente, com 339 entidades, a realização de campanhas de divulgação, a criação de uma linha telefónica directa, para além, da divulgação realizada através dos Centros Distritais do Instituto da Segurança Social, I.P..

A proximidade e a realização de um atendimento ou contacto personalizado junto dos potenciais beneficiários constitui, de facto, a forma mais eficaz e facilitadora do acesso ao direito por parte dos cidadãos que reúnam as necessárias condições. Neste sentido, durante este ano, e até ao momento, foram formados cerca de 270 profissionais das Instituições de Referência, para que, a necessária intensificação da abordagem presencial aos cidadãos em condições de requerer e suas famílias, seja efectuada de forma simples, clara e desbloqueadora, apoiando uma tomada de decisão devidamente esclarecida. □

Mariana Pereira

Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
mariana.s.pereira@seg-social.pt



Da esquerda para a direita: Carlos Margalha, enfermeiro e presidente da Associação, Dona Mira, responsável pelos donativos de roupa, etc, José Trindade, médico e primeiro presidente da Associação

Associação Clínica FRATER comemora o quarto aniversário

Como diz um velho ditado "quando a esmola é muita, o santo desconfia". Mas, uma clínica médica no concelho do Barreiro começou a prestar assistência gratuita a pessoas carenciadas, para surpresa e satisfação de muitos moradores das redondezas.

No passado mês de Março, a Associação Clínica Frater (A.C.Frater), Instituição Particular de Solidariedade Social, comemorou o seu quarto aniversário. Esta tem como objectivo a prestação de serviços gratuitos às pessoas mais carenciadas, nas áreas consideradas primárias ao nível da promoção da prevenção e da educação para a saúde.

A ideia para a criação desta clínica partiu de um barreirense, médico, já distinguido como "Figura Solidária Nacional".

Actualmente, cerca de 50 médicos, 20 enfermeiros e técnicos de saúde (psicólogo, farmacêutico, nutricionista e assistente social) de forma absolutamente graciosa e com base na sua disponibilidade de tempo, colocam os seus conhecimentos e práticas ao serviço dos que mais precisam.



Na maioria dos casos são idosos, que aqui conseguem consultas de várias especialidades. Mas isto não é tudo. Com o apoio das Juntas de Freguesia do Concelho, fazem-se rastreios diversos mensalmente, e organizam-se sessões de esclarecimento e aconselhamento relativo a algumas patologias mais graves e mais frequentes. Promovem-se ainda sessões de debate, e muitas outras iniciativas em que participam, cidadãos, autarcas, estudantes, profissionais de saúde, entre outros.

A Frater para além de oferecer uma palavra amiga a quem precisa, dispõe ainda de um serviço de recolha e entrega de roupa, calçado, medicamentos, óculos, canadianas, chuchas, meias elásticas, cintas para grávidas e outros haveres, que distribui aos mais carenciados.



Esta clínica está aberta todos os dias; durante a semana são dadas as consultas e aos fins-de-semana fazem-se curativos e dão-se injeções. Esta tem também a funcionar nas suas instalações um gabinete de informação sobre Segurança Social, que faz atendimento uma vez por semana.

A Associação estabeleceu protocolos com a autarquia do Barreiro para apoio na área da saúde e estendeu a sua acção para fora do concelho, com a instalação em 2006 de um pólo no Pinhal Novo (Concelho de Palmela).

Estas iniciativas são únicas no país e esta Associação já foi distinguida por diversas instituições. Não tem apoios oficiais e vive exclusivamente das quotizações dos associados (quota mensal de 50 cêntimos), e de donativos de particulares.

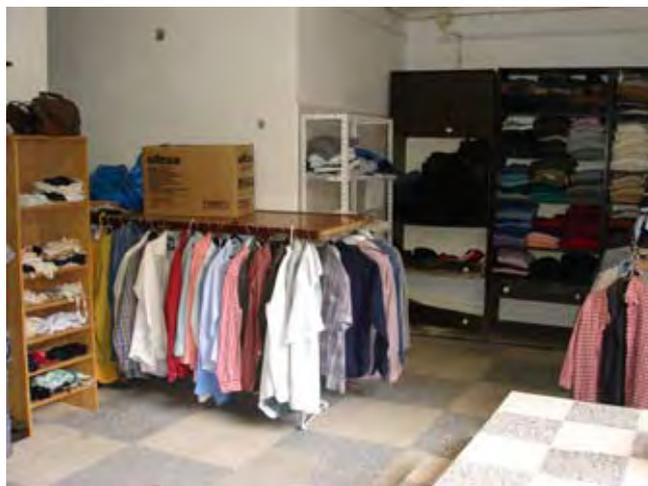
Tendo em conta as necessidades actuais da região ao nível de meios de diagnóstico, a Frater pretende criar uma Unidade de Medicina Nuclear, e uma Unidade de Apoio a Doentes de Alzheimer.

Uma manhã na FRATER

Na Clínica Frater, o dia começa cedo. Assim que chegámos, fomos recebidos pelo fundador da Clínica, Carlos Margalha, Enfermeiro e Presidente da Associação, por José Trindade, primeiro Presidente da Associação, por Fernanda Miguel e por Laudemira Pereira, a Dona Mira, como gosta de ser tratada. Esta é uma jovem voluntária de 84 anos e é, regra geral, quem faz o atendimento do público. Dona Mira encontrou na ajuda ao próximo a melhor maneira de ocupar o seu tempo livre e de se sentir útil.

Esta, confessou-nos que os idosos são a grande maioria dos utentes, e acrescentou que nunca pensou que houvesse tanta gente com dificuldades económicas, pelo que a colaboração de todos os que dão o seu tempo livre, para atender uma causa, vai no sentido de minimizar o seu sofrimento.

A Pretextos aproveitou esta visita à Frater, para conhecer o armazém onde está depositado o material (roupas, calçado, óculos, canadianas, meias elásticas, etc.), que será posteriormente entregue a quem mais precisa. Basta para isso as pessoas falarem com Dona Mira, responsável pela gestão destes donativos e irem até ao armazém para recolher aquilo de que mais precisam.



Chegou a hora de regressar a Lisboa e na hora da despedida, os médicos que integram esta associação estenderam o convite a todos quantos queiram contribuir para desenvolver esta ideia. □

Aqui ficam os contactos:

Associação Clínica Frater

Sede Social: Rua Miguel Bombarda, 203, 1º Direito,
2830-089 Barreiro

Telefone: 21 215 44 07

E-mail: acfrater@sapo.pt



João Serra Mendes
Departamento de Recursos Humanos
Instituto da Segurança Social, I.P.
joao.h.mendes@seg-social.pt

O novo SIADAP avaliação do desempenho no contexto da modernização administrativa

O SIADAP, em vigor na Administração Pública portuguesa desde 2004, está a ser, nas suas vertentes fundamentais, devidamente aplicado no Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS), tendo-se consolidado a partir de 2006, fruto da boa articulação entre os serviços e de uma maior interiorização dos procedimentos subjacentes à aplicação deste sistema por parte dos seus diversos intervenientes. A experiência e os conhecimentos acumulados estão a facilitar a preparação da implementação do sistema de avaliação de desempenho que o sucede, o novo SIADAP, com efeito a partir de 2008, sendo de prever o alcance de melhores resultados.

O crescimento e a competitividade das economias europeias, determinados pela Estratégia de Lisboa, e a redução do défice orçamental, enquanto principal bandeira do Pacto de Estabilidade e Crescimento, têm regulado as principais iniciativas desenvolvidas pelos Governos, no sentido da modernização

administrativa, no decurso da primeira década do século XXI.

Os principais objectivos visados pelas medidas de modernização da nossa Administração Pública (AP), podem resumir-se a: redução de custos; aumento da eficácia, eficiência e qualidade dos serviços, bem como do seu desempenho e do desempenho e qualificação dos funcionários; redução das estruturas administrativas; combate à burocracia; simplificação de procedimentos e transparência nos actos administrativos; aumento do prestígio da AP e melhoria do seu relacionamento com os cidadãos.

Entre as principais críticas à nossa AP, encontramos: o excesso de funcionários públicos, cujo crescimento resultou do aumento das funções do Estado, em especial as de natureza social; o crescimento dos gastos com a AP acima do crescimento do

Produto Interno Bruto, a falta de produtividade, condicionada pela excessiva regulamentação e consequente incapacidade de modernização de procedimentos; o envelhecimento dos funcionários e o baixo nível de qualificações. Por estas razões, o funcionamento dos serviços públicos e o profissionalismo dos seus actores têm sido os alvos preferenciais das reclamações registadas.

Ainda que sujeito a sérias restrições financeiras, o sector público não pode deixar de procurar a melhor resposta para novos problemas sociais e para um maior nível de exigências por parte dos cidadãos e empresas. A criatividade e a inovação, sobretudo ao nível da gestão e da comunicação, sendo favoráveis ao desenvolvimento dos trabalhadores e à concepção de soluções mais adequadas para os problemas encontrados no dia-a-dia das organizações públicas, revelam-se determinantes e obrigam a uma profunda revisão dos métodos de trabalho e à implementação de novas ferramentas de avaliação de desempenho que acompanhem um processo maior de gestão por objectivos.

A avaliação de desempenho, tal como hoje é concebida, deverá revelar-se um processo social de comunicação e negociação entre diversos tipos de actores, interdependentes, e ocorrer no contexto da actividade organizativa por estes desenvolvida. Resulta, desta abordagem, que a avaliação de desempenho deverá ser contextualizada de acordo com quatro factores: sociais/relacionais; organizacionais/situacionais; de avaliação formal; de percepções dos intervenientes. O primeiro factor remete-nos para a relevância do papel do avaliado no processo de avaliação e seu relacionamento com os restantes intervenientes. O segundo factor destaca as condições de trabalho, os objectivos, as tarefas e os processos de gestão.

O terceiro factor tem em linha de conta aspectos sociais e organizacionais, e respectivos efeitos, favoráveis ou não, sobre as actividades desenvolvidas por todos os intervenientes.

Finalmente, tenha-se em conta a percepção que os avaliadores e os avaliados têm sobre o funcionamento da sua organização e do próprio sistema de avaliação de desempenho.

Foram precisamente as necessidades de implementar um novo modelo global de avaliação – enquanto instrumento estratégico de mudança, motivação e melhoria na AP –, de introduzir a gestão por objectivos na AP, de diferenciar o desempenho, de monitorizar a prestação individual e de co-responsabilizar trabalhadores e dirigentes pelos resultados da organização, que deram origem ao Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP), iniciado em

2004, o qual veio substituir o desajustado e ineficaz regime de classificação de serviço na função pública.

Ainda que o anterior regime já procurasse valorizar o indivíduo e melhorar a sua eficácia profissional, fazer o diagnóstico de situações que carecessem de medidas correctivas e detectar eventuais necessidades de formação, facto é que, rapidamente, deixou de ser aplicado nas mais diversas vertentes, resumindo-se a avaliação de desempenho a um conjunto de procedimentos, de carácter sazonal, com o objectivo único de fundamentar a progressão dos trabalhadores, sem que tal resultasse de uma demonstração efectiva dos resultados alcançados ou de um maior desenvolvimento de competências por parte dos avaliados.

O novo sistema pretendeu promover uma maior mobilização dos trabalhadores, incentivando-os ao desenvolvimento de novas competências, orientando as suas actividades e aplicando critérios de avaliação transparentes. Visou ainda fomentar o trabalho em equipa e uma comunicação mais eficaz entre hierarquias, visto que passou a permitir uma maior participação do avaliado em todo o processo de avaliação. Com o SIADAP procurou-se, ainda, promover o desenvolvimento profissional dos trabalhadores e fomentar oportunidades de mobilidade e progressão profissional, bem como fortalecer competências de liderança e gestão. Os dirigentes intermédios passaram a ser avaliados, os trabalhadores passaram a ser avaliados, de modo contínuo e através de indicadores específicos, pelos resultados obtidos relativamente a metas previamente acordadas entre aqueles e os respectivos avaliadores, começou a fazer-se a distinção do mérito e da excelência, com base no estabelecimento de quotas para Muito Bons e Excelentes, assinalando-se as respectivas boas práticas, e passou a haver um espaço na ficha de avaliação para o registo de necessidades de formação, em resposta aos aspectos menos positivos da avaliação efectuada.

Sendo um sistema novo e consideravelmente diferente do seu antecessor, que obrigou ao abandono das anteriores rotinas e à criação de novas, o SIADAP veio exigir uma maior articulação entre serviços, mais formação e informação, regulamentação e procedimentos específicos, ferramentas de apoio à sua aplicação e maior participação por parte dos avaliados em todo o processo.

Estas exigências determinaram os maiores constrangimentos à plena aplicação do SIADAP e estiveram na origem dos principais desvios verificados.

A Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, veio revogar o

SIADAP e instituir o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na AP (novo SIADAP) que visa promover a competitividade entre serviços e o melhor ajustamento dos seus recursos e atribuições em função dos resultados apresentados. A partir de agora, a aplicação do SIADAP nos diversos organismos deverá prever a estreita articulação com o sistema de planeamento do ministério tutelar, constituindo um instrumento de avaliação do cumprimento dos objectivos estratégicos plurianuais, baseado em indicadores de medida dos resultados a obter pelos serviços.

O novo SIADAP é composto por três subsistemas (SIADAP 1 – Avaliação de Serviços; SIADAP 2 – Avaliação de Dirigentes; SIADAP 3 – Avaliação de Trabalhadores), que deverão ser geridos de forma integrada, articulando-se com o ciclo de gestão de cada serviço. Esta gestão integrada pressupõe uma maior articulação entre as áreas do Planeamento e dos Recursos Humanos.

Os serviços (SIADAP 1) são avaliados com base no cumprimento de objectivos de eficácia, eficiência e qualidade. Está prevista a realização de auto-avaliação e hetero-avaliação, apoiadas nos resultados da aplicação de quadros de avaliação e responsabilização. A competitividade entre unidades homogéneas será fomentada pela atribuição da menção de Desempenho Excelente a um máximo de 20% dos serviços tutelados por cada ministério, o que produzirá efeitos sobre opções de natureza orçamental e prioridades do ciclo de gestão seguinte, podendo mesmo aumentar para 35% e 10% as percentagens máximas previstas nos SIADAP 2 e 3, para Desempenho Relevante e Desempenho Excelente, respectivamente. Os melhores resultados poderão levar à atribuição, pelo membro do Governo competente, do reforço de dotações orçamentais, visando a mudança de posições remuneratórias dos trabalhadores ou a atribuição de prémios, e a possibilidade de consagração de outros reforços orçamentais, visando o suporte e dinamização de novos projectos de melhoria do serviço.

A avaliação dos dirigentes superiores é feita de acordo com o grau de cumprimento dos compromissos assumidos em cartas de missão e em competências demonstradas, tendo também em conta as opções tomadas em matéria de gestão de recursos. A avaliação dos dirigentes intermédios é feita no fim da respectiva comissão de serviço e anualmente (de forma intercalar), com base em objectivos e competências, previamente acordados, e nos resultados atingidos pela respectiva unidade orgânica. A avaliação final utiliza a seguinte escala: de 1 a 1,999, Desempenho Inadequado; de 2 a 3,999, Desempenho Adequado; de 4 a 5, Desempenho Relevante. De entre os dirigentes intermédios, apenas 25% poderão obter avaliação de Desempenho Relevante e, de entre estes, o Desempenho Excelente será atribuído a um máximo de 5% dos avaliados.

A avaliação dos dirigentes pode integrar a avaliação feita pelos trabalhadores na sua dependência directa (*upward feedback*). O Desempenho Relevante propiciará a realização de períodos sabáticos para desenvolvimento de estudos e o prolongamento do período de férias, entre outros, enquanto que o Desempenho Inadequado poderá justificar a cessação da comissão de serviço.

Os restantes trabalhadores (não dirigentes) são avaliados de acordo com os resultados obtidos, em relação aos objectivos acordados, e as competências demonstradas, de carácter comportamental/profissional.

Cada objectivo deve enquadrar-se em um ou mais dos seguintes tipos: produção de bens e actos ou prestação de serviços; qualidade; eficiência; aperfeiçoamento e desenvolvimento das competências. A escala de avaliação final é a mesma utilizada no SIADAP 2, tal como as percentagens previstas para a diferenciação de desempenhos e respectivos benefícios. A atribuição da menção qualitativa de Desempenho Inadequado deve ser acompanhada de caracterização que especifique os respectivos fundamentos, por parâmetro, de modo a possibilitar a identificação das necessidades de formação adequadas à melhoria do desempenho do trabalhador.

Intervêm, no SIADAP 3, para além de avaliadores e avaliados, o Conselho Coordenador da Avaliação, com competências para estabelecer directrizes e orientações gerais, harmonizar e validar avaliações, entre outras, a Comissão Paritária, com competências consultivas, e o Dirigente Máximo do Serviço, com competências para planear e coordenar todo o processo anual de avaliação, assegurar o cumprimento do disposto em matéria de regras para a diferenciação de desempenho, homologar avaliações e decidir sobre reclamações, entre outras.

No ISS, o quadro de avaliação e responsabilização (QUAR), referente à aplicação do SIADAP 1, já foi aprovado pela Tutela. Internamente para melhor ajustamento à nossa estrutura e visando facilitar a operacionalização daquele QUAR, foram desenvolvidos, com as devidas adaptações, quadros de avaliação para as áreas funcionais, que tomaram a designação de QUOAF, a partir dos quais são definidos objectivos para dirigentes (SIADAP 2) e restantes trabalhadores (SIADAP 3). Foram ainda criadas fichas para avaliação de chefias, bem como definidas competências a avaliar, para todos os grupos profissionais, de acordo com os resultados que este Instituto deverá apresentar. □



Encontro Nacional Projecto SCORE

Joana Matos
Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
joana.r.matos@seg-social.pt

No passado dia 17 de Dezembro, realizou-se no Auditório da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa, o Encontro Nacional de Encerramento do Projecto SCORE, com o objectivo de apresentar os seus resultados.

Este encontro contou com a participação do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social (ISS) e de muitos dirigentes da Segurança Social. Estiveram também presentes todas as equipas do Projecto SCORE e algumas entidades externas ao ISS.

A sessão de abertura foi dirigida pelo Presidente Conselho Directivo do ISS, Edmundo Martinho, que demonstrou grande satisfação pelo impacto que um projecto desta importância, como o do SCORE, teve no Instituto. Este referiu, ainda, estar muito optimista quanto à implementação das acções futuras definidas pelas várias equipas de trabalho.

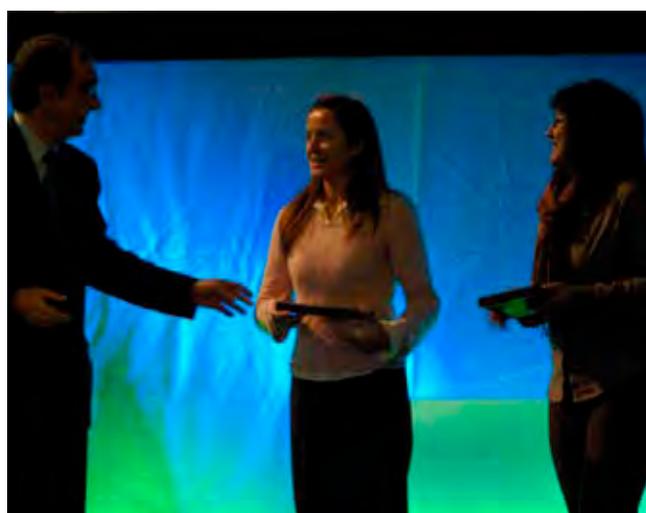
A apresentação do projecto e dos resultados de cada processo estiveram a cargo do Vogal do Conselho Directivo do ISS, Luís Meneses, também responsável pelo Projecto SCORE.

Neste encontro, foram apresentados todos os membros que constituíram as várias equipas do SCORE, bem como os consultores de cada projecto. Houve também quem quisesse partilhar a sua experiência com os presentes, através do seu próprio testemunho.

Já quase no final, Edmundo Martinho entregou os prémios de participação no passatempo SCORE, que decorreu durante o mês de Agosto. As colaboradoras premiadas foram Gladys Lima, da Unidade Previdência e Apoio à Família do Centro Distrital do Porto e Maria João Bronze, do Departamento de Administração e Património dos Serviços Centrais.

A sessão de encerramento contou com a presença do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, António Vieira da Silva que se fez acompanhar pelo Secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques.

O encerramento do projecto terminou em convívio com a representação de um contorcionista e um cocktail. □



Concurso Tu Podes Construir... traz a Lisboa 22 crianças dos Açores



Adelaide Banha
Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.adelaide.banha@seg-social.pt

Com o objectivo de assinalar o “Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza”, instituído pela ONU a 17 de Outubro, a União Europeia, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e o Governo da Região Autónoma dos Açores, promoveram um concurso para as escolas do 1º ciclo do ensino básico, de São Miguel, Açores, por ocasião da “6.ª Mesa Redonda Europeia sobre Pobreza e Exclusão Social” que se realizou em Ponta Delgada, no âmbito da Presidência Portuguesa da UE.

Assim nasceu o concurso “T.P.C. – Tu Podes Construir ...”, que visou sensibilizar a sociedade para a percepção do fenómeno da pobreza pelas crianças, nas suas múltiplas dimensões.

Foram premiados os trabalhos classificados em 1º, 2º e 3º lugar, sendo que o 2º e 3º lugares receberam material informático e multimédia para apetrechamento das salas de aulas, e à turma vencedora do 1º lugar além desse material, foi atribuída uma viagem a Lisboa, com vários passeios e visitas lúdicas e didácticas.

Este 1º prémio foi conquistado pela turma 2.º A – EB 1/JI de Ribeirinha – Escola Básica Integrada da Ribeira Grande, num grupo composto por 22 alunos e 2 professoras que se deslocaram a Lisboa nos dias 5, 6 e 7 de Março.

O Gabinete de Comunicação, do Instituto da Segurança Social, organizou uma viagem que fez as delícias de todas as crianças, algumas delas estreadas na cidade de Lisboa!

A visita à capital com um programa muito preenchido, foi recheada de surpresas: a primeira estava no aeroporto onde foram recebidos pela “Palhaça Batata”! Seguiu-se um Tour pela cidade com passagem pelos principais monumentos e acompanhados por uma Guia que deu uma breve explicação às crianças.

A peça de Teatro Infantil “Os Pólos da Nossa Terra” com Actores e Marionetas, que visou sensibilizar para as questões ecológicas e a protecção do meio ambiente, foi outro dos momentos altos

desta viagem.

Mas houve muitos outros: Estádio José de Alvalade, Pavilhão do Conhecimento, o espectáculo Som & Silêncio, com Paula Teixeira em que as crianças aprenderam algumas palavras de língua gestual, e uma visita ao gabinete do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva que manteve uma conversa animada com todo o grupo.

As crianças visitaram ainda o Oceanário, onde assistiram a uma aula sobre os mamíferos marinhos e contaram com a companhia da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, do Presidente do Conselho Directivo do ISS, Edmundo Martinho e puderam conhecer e conversar com o “padrinho” do Projecto “T.P.C. – Tu Podes Construir”, Zé Pedro, guitarrista da banda Xutos & Pontapés.

O último dia desta viagem foi passado no jardim Zoológico de Lisboa com uma visita guiada, onde lhes foi explicado como vive cada animal, e ainda houve muito tempo para brincadeiras! Aqui foi feito um directo pela equipa de reportagem da SIC, que de resto acompanhou toda a viagem do grupo em Lisboa!

Esta aventura, revelou-se inesquecível e se perpetuará, com certeza, para sempre na memória daquelas 22 crianças! □





Seminário “Da Cultura dos Direitos à Cultura das Crianças”



Nuno Lourenço
Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
nuno.j.lourenco@seg-social.pt

O Centro Distrital de Santarém, do Instituto da Segurança Social (ISS), em colaboração com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Santarém, realizou, no dia 7 de Março, o Seminário subordinado ao tema “Da Cultura dos Direitos à Cultura das Crianças”.

O Seminário decorreu no âmbito do evento Expo Criança 2008 organizado pelo Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas de Santarém (CNEMA).

O Centro Distrital e a CPCJ contribuíram, desta forma, para a qualificação da intervenção na área da promoção e protecção dos Direitos da Criança e Jovens, trazendo a Santarém algumas das figuras mais prestigiadas do nosso país, detentoras de conhecimento científico, com investigação realizada e poder de decisão na temática das crianças e jovens em perigo, nomeadamente: a Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, o Presidente do Conselho Directivo do ISS, Edmundo Martinho, o Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em risco, Armando Leandro e Maia Neto, do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Maria João Moniz, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Maria Manuela Calheiros, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, Sónia Seixas e João Sebastião, e da Universidade do Minho, Carina Tomás. Participaram, ainda, o Governador Civil do Distrito de Santarém, Paulo Fonseca, a Directora do Centro Distrital de Santarém do ISS, Anabela Santos Rato e o Presidente da CPCJ de Santarém, Eliseu Raimundo.

O Seminário realizou-se no grande auditório do CNEMA e contou com a presença de 550 participantes, vindos de Norte a Sul do País e de diferentes profissões: juristas, autarcas, autoridades de segurança pública, médicos, dirigentes da função pública, enfermeiros, profissionais da área das ciências sociais, sacerdotes, voluntários, docentes, auxiliares de acção educativa e administrativos.

Durante o seminário foi apresentado um conjunto de comunicações, que relembraram aos participantes o imperativo que é pensar a criança enquanto sujeito de Direitos próprios e com história.



Plano DOM

Um caminho para a qualificação dos Lares de Infância e Juventude

Rui Godinho

Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
rui.m.godinho@seg-social.pt

Armando Leandro salientou “A urgência de uma cultura da criança propiciadora de um esforço constante, solidário, competente, intersectorial e integrado, na procura intensiva da efectiva concretização dos seus direitos”.

Foi nesta linha que foram apresentados alguns princípios orientadores e modelos científicos para intervenção comunitária contextualizada e com credibilidade.

Segundo Manuela Calheiros “a natureza ecológica dos problemas, a adaptação das pessoas e a sua interacção com o meio envolvente, é analisada de forma holística nos seus múltiplos sistemas sociais que vão dos micro sistemas (e.g. família) às meso estruturas sociopolíticas e macro.”

Foi ainda realçado o papel importante das CPCJ “na centralidade do sistema, como expressão e instrumento do direito da criança à comunidade - de onde vimos, onde estamos, para onde queremos ir na procura da qualidade e da excelência”, referiu Armando Leandro.

Catarina Tomás deixou o alerta da necessidade da participação das crianças nos processos de promoção e protecção, questões de um estado democrático e de direito “O direito de participação é um direito civil e político básico para todas as crianças – Emergência da participação; Se a participação não se repensar... com as crianças... a curto prazo só terá curto prazo”. □



O Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças, de âmbito nacional tem como objectivo principal a implementação de medidas de qualificação da rede de Lares de Infância e Juventude, incentivadoras de uma melhoria contínua da promoção de direitos e protecção das crianças e jovens acolhidas, no sentido da sua educação para a cidadania e desinstitucionalização, em tempo útil.

A aplicação das seguintes medidas far-se-á por via da celebração de Protocolos entre o Instituto da Segurança Social, IP – Centros Distritais e as Instituições, após prévia avaliação diagnóstica:

Medida 1 - Recursos Humanos

- Reforço das Equipas Técnicas existentes em Lares onde o seu dimensionamento se revele insuficiente face ao número de crianças e jovens acolhidas.

Medida 2 - Qualificação da intervenção e dos interventores

- Desenvolvimento de acções de formação para as Direcções das Instituições e respectivas Equipas Técnicas e Educativas;
- Dotação de Planos de Supervisão para as Equipas Técnicas e Equipas Educativas;
- Construção/reformulação de instrumentos técnicos de suporte à intervenção.

Dia 26 de Março de 2008 foram celebrados mais 21 Protocolos DOM, que envolveram 21 Lares e respectivas 768 crianças e jovens acolhidas, distribuídos pelos Distritos de: Lisboa; Santarém; Braga; Porto; Coimbra; Setúbal e Aveiro.

Durante o passado mês de Abril iniciou-se a fase de diagnóstico, em mais 103 Lares de Infância e Juventude, abrangendo todos os Distritos de Portugal Continental. □



O Serviço Social no Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão

A missão do Serviço Social do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão (CMRA) é apoiar na resolução de problemas de adaptação e readaptação social de indivíduos e grupos portadores de deficiência.

A deficiência, seja adquirida ou congénita, não afecta apenas a Pessoa, mas toda a sua envolvência, a começar pela família. O impacto que as consequências de um acidente de viação, de um AVC ou de o nascimento de um filho com deficiência provoca, é tal, que exige, uma intervenção precoce e ajustada, obrigando a uma (re) organização individual, familiar e social. Nesta perspectiva, o Assistente Social assume um papel fundamental de mediação.

São ferramentas da intervenção, a viabilização da cidadania, o *empowerment* e o exercício da advocacia social, nos seus eixos de representação, defesa dos direitos e criação de condições de vida, tendo sempre presente a consagração do princípio, de que todos os indivíduos têm a mesma natureza e devem ter acesso, em liberdade, a iguais oportunidades.

A intervenção social faz-se com as Pessoas, num ambiente de trabalho onde o mais importante é a relação. Pela frente temos sempre uma Pessoa, com a sua família e a sua história. Esta dimensão bio-psico-social, cultural e espiritual, perspectiva o indivíduo na sua inter-subjectividade tendo em conta os seus percursos, ligações, recursos próprios e a sua globalidade, onde olhares especializados e globalizantes se complementam!

Gerir as expectativas

É uma evidência, que quando estas pessoas/famílias nos chegam, manifestam elevadas expectativas face à reabilitação. Apresentam sentimentos de fragilidade, alteração de papéis/ estatuto, redução ou inexistência de rede de suporte, ruptura, exaustão física e psíquica, em especial, do cuidador. Agimos no sentido de evitar a (des)inserção familiar e comunitária e, criar as condições para favorecer uma integração global, potenciando as capacidades e os meios para adquirirem novas competências, tanto a nível cognitivo, relacional como organi-

zativo. Através do acompanhamento psicossocial sistemático, percebemos e definimos com o utente/família quais as suas reais necessidades/potencialidades, dificuldades e aspirações, procurando compreender as suas dinâmicas, modos de vida, hábitos, cultura, os conhecimentos que têm sobre a deficiência e os seus constrangimentos. Aferimos ainda a disponibilidade da família para prestar cuidados e para dar resposta às necessidades e desenvolve-se todo o apoio necessário à atribuição das ajudas técnicas, assente no pressuposto que nenhum utente deve ser privado destas, por carência económica.

O Serviço Social do CMRA integra-se nas equipas multidisciplinares, e intervém nas valências de Consulta, Ambulatório e Internamento, no Gabinete de Apoio ao Utente, no Núcleo de Animação Cultural e Recreativa e Voluntariado.

Reabilitar e Reintegrar

Para fomentar o envolvimento e a socialização, do utente e família, realizam-se visitas ao espaço institucional, reforça-se a integração nas práticas terapêuticas e diárias, estimula-se as saídas de fim-de-semana, assim como, se promovem as visitas de integração, ao domicílio, escola, local de trabalho, entre outras. Vamos construindo uma relação de confiança, partilhando decisões e responsabilidades, onde informamos sem iludir, apoiamos sem substituir e sugerimos sem impor.

No respeitante às respostas sociais, mobilizamos os recursos comunitários, pois nem sempre a rede de suporte informal ou a rede natural de ajuda são suficientes. Há que recorrer à rede de suporte formal e aí encontrar respostas, tais como, os cuidados continuados, os apoios residenciais, os apoios no domicílio, entre outras. A intervenção do Assistente Social desenvolve-se além de, individualmente com o utente e família, também em grupos de suporte ou de enteraajuda, um tipo de intervenção que se tem revelado de grande eficácia.

Animação Cultural e Recreativa: complementaridade no processo reabilitador e terapêutico

Através da dinamização de actividades, esta área específica, promove a ocupação dos tempos livres dos utentes, desenvolve a socialização, identifica competências e potencia as habilidades sociais. Salientam-se: as saídas ao exterior (desde

o teatro, museus e exposições), as actividades internas (tais como o atelier de artes, teatro, e dança inclusiva) a prática do desporto adaptado (desde a natação, vela, basquetebol, esgrima, ténis, entre outras). Todas estas actividades revestem-se de uma importância extrema no aumento da auto-estima, valorização e descoberta, focalizando a mobilização e (re)activação dos recursos internos dos utentes, potenciando também a participação da família.

O Gabinete de Apoio ao Utente: o contributo para uma maior humanização

Este Gabinete (GAU) é um instrumento ao serviço da humanização, com funções de mediação utente/instituição, no que se refere à salvaguarda dos direitos e bem-estar e do cumprimento dos deveres. Tem como atribuições acolher, informar, orientar os utentes, famílias e comunidade, receber, gerir as reclamações, sugestões/opiniões e agradecimentos. A acessibilidade a este espaço de audição e diálogo, contribui para a qualidade do atendimento, reforçando e viabilizando a cidadania activa de cada pessoa.



Voluntariado: gestos de dávida

Numa perspectiva de humanização dos cuidados, contamos diariamente com 23 voluntários, que contribuem para a qualidade de vida dos utentes. Actuam como complemento do trabalho dos técnicos de saúde. Estão organizados para «servir» e desenvolvem actividades que se integram nas unidades de internamento, acompanham os utentes em actividades no exterior, desenvolvem um atelier de arte, recriam momentos de conversa e leitura e participam nas actividades promovidas pelo Centro.

Parcerias: a mais valia do trabalho em rede

A intervenção social estende-se para lá do contexto organizacional. Abraça outros desafios, que impõem um desempenho cada vez mais abrangente, polivalente e flexível, de articulação com os vários parceiros sociais. São exemplos, a parceria com o Instituto de Reinserção Social, onde o CMRA, como instituição inclusiva, e educativa, se constitui, entidade bene-



ficiária de trabalho a favor da comunidade, recebendo, com regularidade cidadãos a quem são imputadas penas judiciais, para desenvolver tarefas e competências profissionais e cívicas. Cabe-nos, fazer o enquadramento definindo o programa pedagógico, numa perspectiva de favorecer e facilitar a reparação/integração social. Integramos a Rede Social do Concelho de Cascais, como parceiro social especializado, na construção do PDS (Plano de Desenvolvimento Social) contribuindo para um concelho socialmente coeso, com uma rede de equipamento e serviços sociais, adequadamente dimensionados. Na Comissão para a Pessoa Deficiente do Concelho de Cascais, órgão consultivo da Câmara Municipal de Cascais, promove-se o diálogo interinstitucional para a promoção da plena cidadania da pessoa portadora de deficiência.

Em jeito de conclusão, afirmamos, que a reabilitação, é uma componente complexa e global e que precisamos de ser capazes de efectivar uma verdadeira integração social, construída pelos vários agentes, num tear de (co) responsabilização. É este o nosso grande desafio! □

Inovação Social a próxima revolução

“Todas as verdades passam por três estádios. Primeiro, são ridicularizadas. Depois são violentamente contestadas. Por último, são aceites como auto-evidentes.”

A. Schopenhauer

Muito do que hoje damos por adquirido no domínio social começou por ser uma inovação radical. Há pouco mais de cem anos, a ideia de um sistema público de saúde, educação ou segurança social era tomado como uma utopia absurda, apenas um país tinha dado o poder do voto às mulheres, o conceito de jardim de infância era ainda considerado revolucionário, e poucos acreditavam que a generalidade das pessoas fosse capaz de conduzir automóveis (a alta velocidade). No entanto, em apenas cem anos, estas e muitas outras inovações sociais evoluíram das margens para o sistema, sendo hoje comuns.

A inovação social aconteceu e acontece sempre que se encontram novas ou melhores respostas para as necessidades sociais. A pobreza, a exclusão, a falta de qualidade de vida ou a falta de participação democrática resultam de necessidades sociais não satisfeitas ou mal satisfeitas. Da educação à saúde, do ambiente à justiça, do urbanismo à violência juvenil, são necessárias novas e melhores respostas para os problemas sociais, por parte do sector público, do sector privado e do terceiro sector.

Por um lado, novas respostas passa por encontrar (novas) formas de resolver (novos) problemas, que tenham origem em necessidades sociais emergentes – as quais resultam, geralmente, de novos fenómenos como a globalização, a imigração, o envelhecimento da população, a concentração urbana ou as alterações climáticas. Por outro lado, melhorar

João Wengorovius Meneses

Responsável pelo Programa
Inovação Social da TESE
joao_meneses@sapo.pt

as respostas significa melhorar a eficiência, o impacto, a escala ou a qualidade das actuais respostas.

Em resumo, a inovação social é necessária tanto no desenvolvimento de novas respostas para as necessidades sociais, como no melhoramento das actuais, especialmente em áreas em que os problemas se estão a agravar (por ex., o envelhecimento da população ou as alterações climáticas), em áreas em que os actuais modelos falharam ou estagnaram (por ex., a justiça criminal ou a participação democrática) e onde há novas possibilidades que não estão a ser exploradas (por ex., o uso inteligente de tecnologia na governação ou na habitação).

Num recente comunicado (de 31 de Março de 2008), a Comissão Europeia propõe (ao Conselho e ao Parlamento Europeus) que 2009 seja o Ano Europeu da Criatividade e da Inovação. Para a Comissão, "a Europa precisa de acelerar a sua capacidade para inovar, tanto por razões sociais como económicas" e, acrescenta, "todas as formas de inovação, incluindo a inovação social devem ser levadas em consideração."

Reconhecendo-se já há algumas décadas a importância da inovação para o progresso tecnológico, científico, militar ou empresarial, porque razão não se investe nem existem estratégias de apoio e aceleração da inovação no domínio social? Num mundo cada vez mais aberto, globalizado e em permanente mudança, a inovação é uma exigência crescente para o desenvolvimento e a sobrevivência em todos os domínios, incluindo o social.

Em Portugal, já há bons exemplos de inovação social, porém têm ainda pouca escala, pelo que o seu impacto é diminuto. Serão bons exemplos, entre outros, os Centros Nacionais de Apoio ao

Imigrante (ACIDI), a Orquestra Juvenil Geração (Gulbenkian), o Banco Alimentar contra a Fome, a Operação Nariz Vermelho, a Revista Cais, os Projectos de Domiciliação dos Cuidados de Saúde do Hospital Pediátrico de Coimbra e da Unidade Móvel Médico Social de Mértola, o Microcrédito, o Comércio Justo, as Empresas "carbono zero", e diversas iniciativas do Governo, tais como livros e computadores para alunos cegos, a Linha Saúde 24, o Projecto Escola Móvel, a iniciativa "Um dia na prisão", o Cheque-Dentista ou o Cartão do Cidadão.

Não só falta a alguns destes exemplos escala e dimensão, como, sobretudo, falta, em Portugal, uma cultura para a inovação no domínio social. E, no entanto, a inovação social seria uma extraordinária alavanca da Estratégia de Lisboa e dos diversos planos nacionais com objectivos sociais - por exemplo, do Plano Nacional de Acção para a Inclusão, do Plano Nacional de Emprego, do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável, do Plano Nacional para a Igualdade, do Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade e, até, do Plano Tecnológico.

Nos últimos anos, a única iniciativa que, de forma sistemática e consistente, produziu inovação social, em Portugal, foi a Iniciativa Comunitária EQUAL. Porém, sendo uma boa metodologia experimental, apresenta diversas limitações: não cobriu todos os "clusters" de necessidades sociais, não chegou a realizar com eficácia a disseminação dos diversos projectos em que investiu e, mais grave, o seu horizonte de financiamento termina em breve.

Para assegurar que a inovação social tem um papel importante no futuro de Portugal, a Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) TESE desafiou um conjunto de parceiros para a realização do "nextrev – congresso internacional de inovação social", que se realizou nos dias 29 e 30 de Maio, na Gulbenkian. As áreas temáticas em debate foram: educação e emprego, saúde e qualidade de vida e comunidades e participação democrática. Para além de masterclasses, foram debatidos diversos estudos de caso, provenientes de Portugal, Inglaterra, EUA, Noruega, França e Holanda.

Mas o congresso deveria ser apenas o início de algo mais vasto. O que verdadeiramente faz falta em Portugal é a criação de um espaço de reflexão e incubação de projectos de inovação social, a par de uma Unidade de Missão para a inovação social. E já que se trata de melhorar a competitividade, a inclusão social e a qualidade de vida, porque não recorrer ao QREN para financiamento? □

Notas:

- (1): Para mais informações sobre o congresso consultar www.nextrev-lisbon.org.
- (2): A definição de inovação social adoptada é inspirada em Geoff Mulgan, director da Young Foundation, uma das principais instituições mundiais a actuar no domínio da inovação social.



INIA

Workshop "Promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes"

Teresa Bomba

Núcleo de Estudos e Conhecimento

Gabinete de Planeamento

Instituto para o Desenvolvimento Social, I.P.

teresa.m.bomba@seg-social.pt

No passado dia 11 de Março, realizou-se, no âmbito da Iniciativa Nacional para a Infância e Adolescência (INIA), o Workshop "A Promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes" no Hotel *Radisson*, em Lisboa.

A INIA¹ decorre de um compromisso assumido pelo Governo Português, na sequência da recomendação das Nações Unidas aos Estados Membros, no âmbito da resolução S-27/2 – "A World fit for children". Pretende-se que seja um instrumento de planeamento e operacionalização estratégica de políticas dirigidas à infância e adolescência, assente numa abordagem integrada de promoção e defesa da universalidade dos direitos das crianças.

A realização deste Workshop teve por finalidade a mobilização de um conjunto de intervenientes da sociedade civil para o debate sobre esta temática. Contou com a presença de peritos nesta área (pediatras, pedopsiquiatras, psicólogos, académicos, magistrados, juristas), autarcas, elementos dos grupos parlamentares, representantes dos media, das associações de famílias, de pais e afins, associações de jovens, parceiros sociais e outras organizações não governamentais.

A sessão de abertura foi da responsabilidade da Secretária de

Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, e contou com a presença do Presidente da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, Armando Leandro, e do Professor Laborinho Lúcio. A intervenção deste último versou sobre o "Desenvolvimento em Portugal no reforço dos direitos das crianças e adolescentes".

Na sessão de trabalho, os participantes organizaram-se em 5 grupos de reflexão para o desenvolvimento de dois exercícios: i) identificar as situações de violação de direitos das crianças e adolescentes em Portugal; ii) indicar propostas de medidas de política ou projectos para os elementos estratégicos apresentados, tendo por base uma abordagem de *mainstreaming* sectorial.

Foram identificadas inúmeras situações-problemas de violação de direitos, sobressaindo os domínios de direitos que se prendem com a educação, a participação e acesso a informação e a formação. Reforce-se, igualmente, a riqueza das propostas de medidas intersectoriais que consistem num vasto contributo para a elaboração do plano de acção da INIA em curso. De entre a diversidade das reflexões, salienta-se a necessidade de recolha e sistematização de dados sobre os direitos das crianças, bem como o desenho de políticas que não dissociem as crianças das suas famílias e que possam enquadrar e dar resposta à diversidade de realidades das crianças e adolescentes. □

¹ www.inia.gov.pt/pt



Ano Europeu do Diálogo Intercultural

Associando-se à iniciativa do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia (EU) de celebrar, em 2008, o Ano Europeu do Diálogo Intercultural (AEDI), o Centro de Recursos em Conhecimento (CRC) do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS) está a organizar a Exposição Bibliográfica Diálogo Intercultural: Unidos na Diversidade.

Este contributo mais não faz do que afirmar, uma vez mais, a imagem do Instituto como uma entidade pública atenta e empenhada na organização de eventos técnico-científicos sobre questões relevantes da actualidade, que se enquadram na sua esfera de intervenção. Está em causa o reconhecimento da necessidade de reunir e divulgar produção bibliográfica que promova a sensibilização gradual alargada e a discussão fundamentada em torno dos imperativos da tolerância, do respeito e da solidariedade, que devem presidir à convivência de culturas diferentes.

Optou-se pelo estabelecimento de parcerias entre o CRC e várias entidades que trabalham em áreas directa ou indirectamente relacionadas com a questão do diálogo intercultural, contribuindo estas com a oferta de publicações e a divulgação da iniciativa. Até à data, figuram como entidades associadas, a UNESCO, a OIT, o Conselho Português para os Refugiados, a Direcção-Geral dos

Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, o ACIDI, I.P., o Centro de Informação Europeia Jacques Delors, o Centro de Estudos Dinâmia do ISCTE, o CESIS e o Centro Nacional de Qualificação de Formadores do IEF, I.P.

Refira-se que o espólio bibliográfico, que será periodicamente renovado, é constituído não só por obras que já integravam o fundo documental do CRC mas também por novas publicações oferecidas pelas entidades associadas. Prevê-se a disponibilização de um catálogo Bibliográfico, respeitante à bibliografia exposta.

Destaca-se a divulgação que está a ser assegurada pelos websites do AEDI, da Equal, do Centro de Informação Europeia Jacques Delors e do próprio ISS. Já no plano da comunicação social, coube à RTP2 referenciar o evento em causa, através do programa Nós, emitido no dia 16 de Março.

Resta dizer que a exposição teve início no dia 3 de Março e estará patente até ao fim de Dezembro, nas instalações do Centro de Recursos em Conhecimento, na Rua Castilho, nº5 – R/C, em Lisboa, podendo ser visitada de segunda a sexta-feira, das 9h30 às 18h00. □

ECOS

Congresso Feminista 2008 Madrid, 3 a 9 de Julho



O Women's Worlds é, hoje em dia, o Congresso de âmbito internacional mais importante sobre a temática das mulheres. Desde 1983, celebra a cada três anos em diferentes partes do mundo. Este ano, foi organizado pela Universidad Complutense, e reunirá, entre os dias 3 e 9 de Julho, em Madrid, cerca de cinco mil pessoas dos cinco continentes e mais de cem países à volta dos estudos de género, do activismo feminista e dos movimentos de mulheres.

Este Congresso, constitui-se como um acontecimento de carácter científico e interventivo, englobando os principais investigadores do campo dos estudos sobre as mulheres, dos estudos de género, bem como das e dos activistas que, no terreno, se envolvem na luta pela transformação de uma sociedade hierarquizada e desigual, muitas vezes, colonizadora e predadora do mundo social e natural. Contribui também para a construção de uma comunidade de activistas e cientistas que defendem um mundo mais igualitário, onde o respeito pelos direitos humanos e pela riqueza cultural são metas a atingir na corrida contra a violência.

Este ano o Congresso coincide com o ano do centenário do nascimento de Simone de Beauvoir (1908-1986), uma mulher que viveu, pensou e amou em liberdade. Foi uma mulher que recusou convenções, que se envolveu em todos os domínios da vida com uma energia quase selvagem e uma grande sede de liberdade.

Informação relativa ao congresso:
www.mmww08.org
<http://congressofeminista2008.org>

Mariana Pereira
Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
mariana.s.pereira@seg-social.pt



Segurança Social Directa: novas funcionalidades

A Segurança Social Directa é, cada vez mais, o canal de atendimento de preferência, senão mesmo de excelência, dos Cidadãos.

Em Março de 2008 contava já com 3 774 220 acessos. Deste modo, e visando uma resposta mais eficiente aos Cidadãos, está prevista a implementação de novas funcionalidades, nomeadamente, ao nível do simulador de Prestação de Reforma (projecção para o futuro), comunicação do trabalhador de vínculo à nova Entidade Empregadora, pedido de Abono de Família para Crianças e Jovens e Abono de Família Pré-natal e disponibilização de documentos/referências para pagamento à Segurança Social, de entre outras já planeadas.

O serviço Segurança Social Directa, disponível em www.seg-social.pt, permite aos Cidadãos e Empresas um relacionamento com a Segurança Social rápido, simples, seguro, sem filas de espera e sem sair de casa ou do escritório.

Maria de Fátima Batista Fernandes
Coordenação Nacional da Segurança Social Directa
Gabinete de Gestão de Informação
Instituto da Segurança Social, I.P.
iss-cna-seg-social-directa@seg-social.pt



Subsídios de Maternidade, Paternidade e Adopção com Pagamento Mensal

Considerando o valor social da atribuição de Subsídios de Maternidade, Paternidade e Adopção, que procura compensar a perda de remuneração que resulta da não prestação de trabalho, e o facto dos tempos de processamento destas prestações serem actualmente inferiores a um mês, deixou de se justificar o pagamento de uma só vez.

A partir do mês de Abril, o pagamento passou a ser efectuado mensalmente e em função do período do impedimento para o trabalho.

A alteração da forma de pagamento abrange também o Subsídio de Gravidez das profissionais de espectáculos.

Dina Moura
Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
dina.l.moura@seg-social.pt

Serviço de Atendimento para Pessoas com Necessidades Especiais

O Instituto da Segurança Social, I.P. tem um serviço de atendimento dedicado a pessoas com deficiência, situado em Lisboa, na Avenida Manuel da Maia, 40 – A, funcionando de 2ª a 6ª Feira, das 9h00 às 16h30.

Se preferir faça a sua marcação por:

Telefone

Ligue 21 844 56 70

E-Mail

ISS-Necessidades-especiais@seg-social.pt

On-Line

Através do site da Segurança Social.

www.seg-social.pt / Atendimento para Pessoas com Necessidades Especiais

7ª Edição do Prémio Eng. Jaime Filipe



A 7ª Edição do Prémio Eng. Jaime Filipe foi atribuída à empresa sedeadada em Aveiro MICRO I/O, com o projecto vencedor B-LIVE cujo objectivo é melhorar as condições funcionais de habitabilidade de casas convencionais para pacientes com mobilidade extremamente reduzida, com particular interesse para doentes tetraplégicos. O sistema é modular e tem várias funcionalidades, como o controlo da iluminação, a ligação de aparelhos e um alarme de emergência. A cerimónia foi presidida pela Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz e contou com a presença do Presidente Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social, I.P., Edmundo Martinho.

Carla de Jesus
Unidade de Promoção de Autonomia
Departamento de Desenvolvimento social
Instituto da Segurança Social, I.P.
carla.m.jesus@seg-social.pt

Workshop RTES

Lar de Infância e Juventude e Centro de Acolhimento Temporário

Recentemente decorreu nas instalações do LNEC o Workshop para discussão das versões das Recomendações Técnicas para Equipamentos Sociais (RTES) Lar de Infância e Juventude e Centro de Acolhimento Temporário, contando com a presença de 160 participantes dos centros distritais, das áreas do desenvolvimento social, planeamento e sistemas de informação, apoio técnico e fiscalização.

Na sessão, foi feita uma apresentação geral das RTES, à qual se seguiram apresentações temáticas sobre matérias seleccionadas o que proporcionou um período de discussão amplamente participado pelos técnicos. Foi ainda distribuído um "Caderno de Anotações" para registo de observações, sugestões e dúvidas sobre as versões disponibilizadas, bem como para suporte de informações úteis sobre as matérias nelas tratadas.

A concepção das Recomendações decorre do Protocolo de Cooperação Científica e Técnica entre o ISS, IP e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, estando concluídas e em fase de edição as RTES para as respostas sociais Creche, Centro de Dia e Lar de Idosos. Em breve dar-se-á início à concepção das RTES para as respostas Lar Residencial e Centro de Actividades Ocupacionais.

Cláudia Silva
Unidade de Respostas Sociais
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
claudia.s.silva@seg-social.pt

Sites Interculturalidade

Alexandra César
Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt



Entreculturas/ACIDI
- Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, I.P. (Portugal)
<http://www.entreculturas.pt/>



Multiculturalism & Diversity Education Training/ National Multicultural Institute (EUA)
<http://www.nmci.org/>



Entreculturas Fe y Alegría
(Sede: Espanha)
<http://www.entreculturas.org/>



National Consultative Committee on Racism and Interculturalism (Espanha)
<http://www.nccri.ie/>



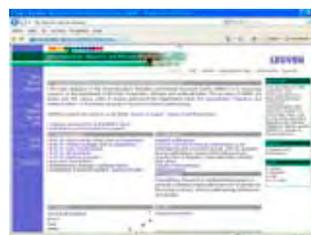
Aula Intercultural - O portal da educação intercultural (Espanha)
<http://www.aulaintercultural.org/>



Interculturalism Project Home Page (Irlanda)
<http://www.inter-disciplinary.net/ci/interculturalism/interculturalism.htm>



INTERACT: Intercultural Active Citizenship Education - Centro de Estudos Sociais/ Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Sede: Portugal)
<http://www.ces.fe.uc.pt/interact/>



Interculturalism, Migration and Minority Research Centre (Bélgica)
<http://soc.kuleuven.be/immrc/>



Multiculturalism/Canadian Heritage (Canadá)
<http://www.pch.gc.ca/multi/>



Australian Multicultural Foundation (Austrália)
http://www.amf.net.au/home_welcome.shtml

Bibliografia Temática

Interculturalidade

Alexandra César

Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt

BARBOSA, Carlos Elias ; MENDES, Manuela, ed. lit. ; MALHEIROS, Jorge, 1966- , ed. lit. - *Espaços e expressões de conflito e tensão entre autóctones, minorias migrantes e não migrantes na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa : Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2007. 306 p. : il. ; 20 cm. (Observatório da Imigração ; 22). Bibliografia : p. 293-306. ISBN 978-989-8000-29-3.

BASTOS, Susana Pereira ; BASTOS, José Gabriel Pereira - *Filhos diferentes de Deuses diferentes : manejos da religião em processos de inserção social diferenciada : uma abordagem estrutural-dinâmica*. Porto : Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2006. 312 p. ; 20 cm. (Observatório da imigração ; 17).

CARVALHO, Miguel Ponces de -. *Exclusão social & educação intercultural*. Cidade Solidária. - Lisboa. - ISSN 0874-2952. - Ano V, nº 9 (2002) p. 52-56.

CASTLES, Stephen - *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios dos trabalhadores convidados às migrações globais*. 1ª ed. [Lisboa] : Fim de Século, 2005. 191 p. ; 24 cm. ISBN 972-754-218-2.

CORREIA, Maria da Luz - *Ser formador(a) em contexto de diversidade cultural*. Formar. - Lisboa. - ISSN 0872-4989. - Nº 53 (Outubro-Dezembro 2005), p. 20-25.

COSTA, João Paulo Oliveira e, 1962- , LACERDA, Teresa - *A interculturalidade na expansão portuguesa : (séculos XV-XVIII)*. Lisboa : Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2007. 159 p. ; 20 cm. (Portugal Intercultural ; 1). Bibliografia : p. 145-159. ISBN 978-989-8000-31-6.

CUNHA, Rui - *Migrações : novos desafios*. Cidade Solidária. - Lisboa. - ISSN 0874-2952. - Nº 18 (Julho 2007), p. 3-58.

De l'exception à la diversité culturelle. Problèmes Politiques et Sociaux. - Paris. - ISSN 0015-9743. - Nº 904 (Septembre 2004), 118 p.

Diversidade : dossier. Pessoal. - Lisboa. - Ano 4, nº 40 (Dezembro 2005), p. 18-29.

Gestão intercultural : dossier. Pessoal. - Lisboa. - Ano 4, nº 32 (Abril-Maio 2005), p. 24-35.

GÓIS, Pedro - *Emigração cabo-verdiana para e na Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais : Lisboa, Milão, Roterdão*. Porto : Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2006. 375, [1] p. ; 24 cm. (Teses ; 5).

INTERNATIONAL CONFERENCE ON MIGRATION, REMITTANCES AND THE ECONOMIC DEVELOPMENT OF SENDING COUNTRIES, Marrakech, 2005 - *Migration, remittances and development*. Paris : OECD, cop. 2005. 363, [2] p. : il. ; 27 cm. (The development dimension).

JESUS, Helena de ; Ana Luísa Neves - *Relação escola-aluno-família : educação intercultural uma perspectiva sistémica*. Lisboa : Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2004. 47 p. ; 24 cm. (Cadernos de apoio à formação ; 2). ISBN 972-99316-9-0.

KRANE, Kristine - *The City as an Arena for the Expression of Multiple Identities in the Age of Globalisation and Migration*. Milano: Fondazione Eni Enrico Mattei, 2003. 1 vol., pág. vár. : il. ; 31 cm. (Nota di Lavoro ; 73.2003).

MALHEIROS, Jorge - *Integração social e profissional de imigrantes, refugiados e minorias étnicas*. Lisboa : Gabinete de Gestão EQUAL, 2006. 42 p. : il. ; 30 cm. (Disseminar, ISSN 1646-3072 ; 5).

MARQUES, Maria Margarida ; MARTINS, Joana Lopes - *Jovens, migrantes e a sociedade da informação e do conhecimento : a escola perante a diversidade : um estudo de caso*. Lisboa : Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2005. 144 p. ; 20 cm. (Observatório da imigração ; 16).

MASSANO, Isabel - *Questões de cultura*. Formar. - Lisboa. - ISSN 0872-4989. - Nº 53 (Outubro-Dezembro 2005), p. 10-15.

Bibliografia Temática

Migrações e relações multiculturais : uma bibliografia. Oeiras : Celta, 2000. V, 150 p. ; 24 cm. ISBN 972-774-072-3.

NIESSEN, Jan - *Manual de integração para decisores políticos e profissionais*. Luxemburgo : Gabinete das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2004. 84 p. ; 24 cm. ISBN 92-894-8278-8.

NUNES, Tomaz Pedro Barbosa Silva - *Colaboração escola-família : para uma escola culturalmente heterogénea*. Lisboa : Alto Comissariado para a imigração e Minorias Étnicas, 2004. 89 p. ; 24 cm. (Cadernos de apoio à formação ; 1). ISBN 972-99316-5-8.

OCDE - *From immigration to integration : local solutions to a global challenge*. Paris : OECD, cop. 2006. 322, [2] p. ; 23 cm. (Local economic and employment development).

OCDE. *Sistema de Observação Permanente das Migrações Internacionais - International migration outlook : annual report*. ed. 2006. Paris : Organisation for Economic Co-operation and Development, cop. 2006. 329, [2] p. : il. ; 27 cm. ISBN 92-64-03627-X.

OLIVEIRA, Ana - *A mediação sócio-cultural : um puzzle em construção*. Porto : Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2005. 142 p. : il. ; 20 cm. (Observatório da Imigração ; 14). ISBN 989-8000-02-3.

PORTUGAL. Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, ed. lit. - *44 ideias simples para promover a tolerância e celebrar a diversidade*. Lisboa : ACIDI, 2007. 47 p. : il. ; 21 cm. Bibliografia : p. 45-47.

REBELO, Emília Maria Malcata - *Planeamento urbano para a integração de imigrantes*. Porto : Alto-Comissariado para a Imigração

e Minorias Étnicas, 2006. 392 p. ; 20 cm. (Observatório da imigração ; 18).

RESENDE, José Manuel - *As cores da escola : concepções de justiça nos discursos sobre a multiculturalidade na escola portuguesa*. Congresso Português de Sociologia, 4, Coimbra, 17-19 de Abril 2000. - [S.l.] : [APSIOT], [2000]. - 1º dossier, p. 20.

SEMINÁRIO "MIGRAÇÃO E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NO QUADRO DA CPLP - AS DIÁSPORAS COMO AGENTES PARA O DESENVOLVIMENTO", Lisboa, 2006 - *Migração e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da CPLP : As Diásporas como Agentes para o Desenvolvimento*. Lisboa : OIM, D.L. 2007. 135 p. : il. ; 30 cm. ISBN 978-92-9068-370-4.

SILVA, Pedro Duarte - *A protecção social da população imigrante : quadro legal, estudo comparado e proposta de reforço*. Porto : Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2005. 64 p. ; 20 cm. (Observatório da imigração ; 11). ISBN 972-98959-4-5.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão. Direcção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades - *Pôr em prática a igualdade : programa de acção comunitário de luta contra a discriminação*. Luxemburgo : Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2006. 27, [1] p. : il. ; 30 cm.

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa ; CARNEIRO, Roberto, 1947- , ed. lit. ; ALMEIDA, André Correia de - *A mobilidade ocupacional do trabalhador imigrante em Portugal*. Lisboa : Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, 2006. XII, 200 p. ; 24 cm. (Cogitum ; 20).

SEGURANÇA SOCIAL AGORA E SEMPRE

Conheça os seus direitos e deveres em www.seg-social.pt



SEGURANÇA SOCIAL

Segurança Social agora e sempre



SEGURANÇA SOCIAL



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.